

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 6 de março de 2023 - Ata n.º 10.

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Alexandre Curi** (1.º Secretário) e **Maria Victoria** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **10.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à nossa Deputada Maria Victoria, 2.ª Secretária desta Casa, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): (Procedeu à leitura da Ata da 9.ª Sessão Ordinária, de 1.º de março de 2023.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário, Deputado Alexandre Curi, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 21/2023** do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná, encaminhando a prestação de contas e o relatório de fiscalização dos exercícios 2021 e 2022; **Ofícios n.ºs 148/2023, 146/2023 e 147/2023** do Gabinete do Governador, comunicando as sanções dos Projetos de Leis n.ºs 499/2022, 340/2022 e 525/2022. É o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A Sessão de hoje, no horário do Grande Expediente, vamos destinar para que a nossa Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, que é Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, possa fazer a apresentação do trabalho realizado pela Coordenadoria no Enfrentamento à Violência de Gênero e na Defesa dos Direitos das Mulheres. Tenho o prazer de anunciar e agradecer a presença na Casa da Sr.^a Bruna Caroline Monteiro Rosa, da Sr.^a Geórgia Martins dos Santos e, da mesma forma, da Diretora da Secretaria Estadual da Mulher e Igualdade Racial, Sr.^a Clemilda Santiago Neto, por solicitação da Deputada Mabel Canto. Sejam todos bem-vindos. E quero aqui, iniciando a Semana da Mulher, data que se comemora no dia 8 de março, esta Casa vai abrir as suas portas e este Plenário para recebermos aqui, em um grande evento, mulheres de todo o Estado, para poder, enfim, em uma homenagem justa, digna e merecedora por parte das nossas Deputadas Estaduais, hoje na totalidade de 10 Deputadas, um grande avanço que as mulheres acabam tendo no Estado do Paraná, na sua inclusão no mundo político, uma conquista extraordinária. E acho que todas as mulheres paranaenses, sejam do interior ou da cidade, donas de casa, empresárias, profissionais liberais, mulheres que trabalham de forma braçal, mulheres que trabalham como motoristas, enfim, todas as mulheres estarão aqui representadas por estas brilhantes Deputadas Estaduais. Por isso, cara Desembargadora, V.Ex.^a dá um brilho todo especial ao abrir a *Semana Internacional da Mulher* com a sua

presença, para que possa mostrar o seu trabalho junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em defesa das nossas mulheres, mulheres tão sacrificadas, muitas vezes incompreendidas, maltratadas, que imaginamos que o mundo já não aceita mais esse tipo de comportamento da sociedade. Precisamos reagir, não só as mulheres, mas os homens principalmente precisam também reagir em defesa da mulher paranaense e da mulher brasileira. Por isso, tenho a honra neste momento de conceder a palavra a V.Ex.^a, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, pelo tempo necessário lá na tribuna, para a exposição do seu trabalho.

DESEMBARGADORA ANA LÚCIA LOURENÇO: Boa tarde a todos. Cumprimento todos os Deputados e Deputadas aqui presentes na pessoa do Presidente desta Casa, Deputado Ademar Traiano; cumprimento também as demais autoridades, servidores e público da imprensa. Agradeço a Assembleia ter aceitado a nossa sugestão, que foi até uma provocação da nossa Coordenadoria para estarmos aqui hoje com vocês. Então, agradeço imensamente este espaço, que é uma oportunidade de troca, porque na realidade a ideia de hoje é trazer para os senhores informações de como o Poder Judiciário do Paraná tem agido nesse enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. É uma forma de prestação de contas do nosso trabalho, mais transparência do Poder Judiciário nesta política de enfrentamento e, ao mesmo tempo, é uma oportunidade de fazermos uma troca, um intercâmbio de informações e unirmos esforços aí para buscarmos novas políticas que venham melhorar este quadro tão trágico da violência doméstica, que não é só do nosso País, vários países enfrentam, infelizmente, por questões multifatoriais, o mesmo problema. Mas, o que vou trazer aqui é um panorama do nosso Estado e do nosso Poder Judiciário. Por outro lado, também temos a grata satisfação de informar, - algumas Deputadas que estão aqui estiveram presentes no último dia 15 de abril no nosso Tribunal de Justiça e já sabem - a nossa Coordenadoria do Paraná assumiu a Presidência do Colégio Brasileiro de Coordenadorias de Violência Doméstica. Então, assumimos a coordenação de todas as Coordenadorias através do colégio. E o que esse colégio faz? Também é uma forma de intercâmbio, de interação entre todas as Coordenadorias e, ao mesmo tempo, uma maneira de uniformizar a

política de enfrentamento. Então, o Paraná, hoje, na minha pessoa, atua na Presidência do Cocevid e a Vice-Presidência é do Desembargador Álvaro Kalix Ferro, do Tribunal de Rondônia. Bom, para aqueles que ainda não conhecem a nossa Coordenadoria, ela foi criada em 2011, mas ela não foi criada só aqui no Paraná, foi uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça, que determinou que todos os Tribunais do País tivessem uma Coordenadoria de Enfrentamento à Violência Doméstica, para dar maior efetividade à Lei Maria da Penha. E como fazemos isso? Cada Coordenadoria, dentro da estrutura que é proporcionada pela cúpula do Tribunal, cria mecanismos de articulação interna e externa, promovendo sempre políticas no âmbito do Poder Judiciário. Não interferimos nas atividades judicantes, ou seja, nas atividades de julgamento dos magistrados, nem na atuação dos servidores, apoiamos os magistrados e servidores, fazemos termos de cooperação com entes governamentais e não governamentais, fazemos pesquisas, palestras e inúmeras ações voltadas para melhorar esse quadro tão trágico da violência doméstica. Muitos buscam números, não é? Os números são bem elevados em todo o País, mas não é que os casos aumentaram, os registros aumentaram porque o sistema passou a funcionar melhor. O Judiciário hoje está mais próximo da população, os demais entes da rede também, que depois vamos falar aqui, também estão mais próximos deste enfrentamento, por isso que os números de registros aumentaram. E a pandemia também teve um papel, infelizmente, importante nesse aumento significativo. Então, a nossa Coordenadoria, quando iniciamos a nossa gestão, em 2020, traçamos sete metas. Então, os senhores estão vendo ali no quadro quais são essas metas. Não vou fazer a leitura de tudo para não ficar muito cansativo, e não temos muito tempo aqui, mas coloco como primordial ali junto à nossa Coordenadoria a meta quatro, que é o incremento da política judiciária no âmbito do Tribunal de Justiça. Então, essa meta sempre está conosco. Temos que diminuir o tempo razoável do processo. Esse é o maior desafio hoje do Judiciário brasileiro. Temos que melhorar essa resposta tanto para o autor do fato, o criminoso, como para a vítima, e é um grande desafio. A Coordenadoria tenta criar ferramentas, criar mecanismos e sugere sempre ao Tribunal de Justiça que implemente esses

mecanismos. Diante dessas metas, estabelecemos 16 ações. Conto com 14 magistrados de todo o Estado do Paraná, tanto da Capital como do interior, para me auxiliar nessas 16 ações, além da minha equipe na Coordenadoria, que são quatro servidores e 12 estagiários de pós-graduação. Então, os senhores vão ver ali que essas ações vão desde o acompanhamento de Projetos de Lei. Elas não estão em uma ordem de importância, é uma ordem aleatória, todas elas são importantes. Colocamos ali na primeira: acompanhamento de Projetos de Lei sobre violência doméstica em nível estadual e federal. Então, hoje tem uma equipe que monitora, tenta pelo menos monitorar todos os Projetos de Lei que estão aqui nesta Casa e também no Congresso Nacional referente à violência doméstica. Por que isso? Temos que nos antecipar para ver o que o legislador está pensando como solução, e para o Judiciário se preparar se eventualmente aquilo se tornar efetivamente mudança legislativa. Então, inclusive temos que acompanhar a tramitação para depois fazer uma provocação dentro do Tribunal no sentido de, dentro do seu planejamento estratégico, dar atendimento àquela alteração legislativa. No nosso Colégio Brasileiro estamos fazendo também esse mesmo monitoramento e pretendemos fazer uma visita à Comissão Executiva, aos membros do Congresso Nacional que atuam nesse enfrentamento, para também dar algumas sugestões, o nosso olhar, a nossa contribuição, porque a autonomia legislativa realmente é de cada um dos senhores, mas temos que passar a nossa experiência, a nossa contribuição para que ganhe maior efetividade, um novo diploma legal. Acompanhamos também o formulário de avaliação de risco, que é o primeiro questionário que a mulher responde quando ela é atendida, via de regra na delegacia. No primeiro atendimento que ela recebe, é colocado à disposição dessa vítima um formulário para avaliar o grau de risco de feminicídio. Hoje, esse formulário está integrado no Sistema Projudi, a Coordenadoria solicitou ao Tribunal, ao nosso Departamento de Tecnologia que integrasse o formulário no Sistema Projudi, de modo que os Juízes e Promotores possam fazer a tabulação desses dados obtidos com as respostas dadas nos formulários. Também atuamos na formação e capacitação de servidores e magistrados. A Cevid faz os projetos dos cursos de capacitação, tanto para os servidores, quanto para os magistrados.

Todos os anos, os servidores e os magistrados têm que fazer ao menos três cursos de capacitação em violência doméstica, em julgamento com perspectiva de gênero e também outros cursos de novos programas que são implementados. Agora vamos ter um curso sobre os grupos reflexivos para autores de violência e também sobre a *Patrulha Maria da Penha*. Mais tarde vou tentar explicar o que são os grupos ali. A nossa Escola Judicial, a Escola do Tribunal de Justiça é que promove os cursos - fazemos os projetos e a escola promove os cursos. Acompanhamento da implementação dos grupos reflexivos. O que são os grupos reflexivos, que é muito importante a participação do Legislativo em colaborar com o Judiciário nessa questão? O legislador prevê que os homens autores de violência doméstica sejam, no início do procedimento, na aplicação das medidas de proteção às vítimas, seja na sentença já penal em que ele recebe uma punição, via de regra a punição é ele participar de reuniões periódicas em grupos responsabilizantes, onde é feita uma sensibilização e uma responsabilização da conduta daquele autor. Isso é feito por uma equipe multidisciplinar, uma equipe que teria que dar apoio a cada unidade do Judiciário, mas não temos à disposição em 162 comarcas e mais de 180 unidades que atuam no enfrentamento da violência doméstica, porque só temos 10 unidades especializadas. As demais unidades são varas criminais. Não temos profissionais suficientes para realizar essas reuniões. Então, precisamos fazer convênios. Fizemos convênios com o conselho da comunidade, com universidades, mas o importante é que esses grupos se realizem, haja essas reuniões efetivamente, para que o objetivo final seja alcançado. Qual seja? A diminuição dos casos de reincidência. Acompanhamento do Aplicativo do Pânico. Muitos já ouviram falar do Aplicativo do Pânico, que já foi instalado em todo o Estado e estamos acompanhando os resultados. Também remetemos um relatório mensal para o Conselho Nacional de Justiça de todas as medidas protetivas de urgência que são aplicadas no Estado. No ano passado, elas chegaram em torno de 40 mil medidas em todo o Estado, infelizmente. Acompanhamos também o convênio da *Patrulha Maria da Penha* firmado com a Sesp. É um acompanhamento das medidas protetivas através do monitoramento feito por policiais e também pela Guarda Municipal, onde houver,

para saber se aquela vítima está realmente sendo protegida, se a medida está sendo realmente aplicada. E inúmeras ações ali que não vou ter condições de descrever cada uma delas, mas os senhores estão vendo nessa tela que trouxemos algumas informações. Agora, também acho que vou destacar que temos uma nova ação, que é a Cevid nas escolas, as ações nas escolas, em convênio com a PUC. Estaremos agora, no dia 8, em uma escola estadual, juntamente com um grupo de observatório de direitos humanos do Tribunal de Justiça, onde vamos fazer uma sensibilização para os professores e para os adolescentes. Por que isso? Porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação sofreu uma alteração no ano passado, de tal sorte que todas as escolas, em todo o País, devem promover uma sensibilização nesta semana, na primeira *Semana Internacional da Mulher*, a chamada *Semana Escolar de Combate à Violência Doméstica*. Tem uma lei federal que determinou que as unidades escolares promovam essa sensibilização. O Judiciário vai dar uma contribuição, fizemos uma cartilha, fizemos vídeos, tem um material também de perguntas e respostas e vamos levar. Todos os Juízes estão fazendo hoje também, a partir de hoje, melhor dizendo, não só hoje, durante esta semana toda, diversas ações em suas comarcas. Eles são incentivados a promover diversas ações e projetos, inclusive essa ação nas escolas. O que vou falar aqui, para não me demorar muito, porque temos pouco tempo, os principais termos de cooperação firmados pela Coordenadoria e que é importante que os senhores acompanhem conosco também os resultados. Fizemos um convênio com a Feccompar, que é a Federação dos Conselhos da Comunidade, como falei, que vai nos auxiliar na capacitação e também na admissão de profissionais da área de psicologia e assistência social, para atuação dos grupos reflexivos de autores de violência em todo o Estado do Paraná. Fizemos um convênio com a Sesp para a implantação da *Patrulha Maria da Penha* em todos os municípios. Temos só em 20 municípios a *Patrulha Maria da Penha* funcionando efetivamente, no mais a Polícia Militar faz uma ronda, não faz efetivamente o trabalho de uma *Patrulha Maria da Penha*. Por quê? Porque o efetivo ainda não é suficiente, não tem capilaridade para atingir todo o Estado, mas estamos tentando criar ferramentas nesse sentido. Faltam-me

dois minutos aqui, já vou terminando! Também fizemos um convênio com o Ministério Público do Trabalho no sentido de disponibilizar também vagas em algumas empresas aqui do Estado para as mulheres em situação de violência doméstica. Também, com a implementação do dispositivo do Botão do Pânico, que já está em funcionamento, estamos só fazendo um acompanhamento, estamos agora em tratativas com a Sesp para utilizar já em sintonia com o aplicativo do Botão do Pânico, aliás, do aplicativo do pânico, melhor dizendo, com as tornozeleiras eletrônicas. Aqueles autores de violência que estão utilizando tornozeleiras vão ser monitorados também pela Polícia Militar, se eles invadirem o perímetro próximo à vítima. Então, estamos com um projeto nesse sentido e com a Fecomércio. A Fecomércio, através do Sesc e Senac, está firmando um termo de cooperação com o Tribunal no sentido de disponibilizar no Estado todo vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade e que estejam sofrendo violência doméstica para cursos, cursos de capacitação para que elas possam ser habilitadas a se inserirem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Desembargadora Ana Lúcia, V.Ex.^a tem o tempo necessário para concluir.

DESEMBARGADORA ANA LÚCIA LOURENÇO: Muito obrigada. Só concluindo, peço até desculpas. A violência doméstica não é só física, ela pode ser psicológica, moral, patrimonial, sexual. E ela tem todo, digamos, um ciclo, porque foram feitos estudos nesse sentido. Esse ciclo vai desde o momento de tensão, da explosão e da chamada reconciliação ou lua de mel. Muitos que atuam nessa área já conhecem essa sistemática de estudo. E por que falamos desse ciclo? A ideia das políticas públicas é quebrar esse ciclo, quebrar antes que ele chegue ao feminicídio, porque infelizmente, hoje, no Paraná, temos 789 processos em andamento de feminicídio. Eles vão ser julgados, eles estão em andamento. Não estou me referindo a inquéritos, estou me referindo a processos em andamento. Então, é um volume muito substancial, muito preocupante e temos que reduzir esse número. Acho que a grande vitória nossa, de todos que atuam nessa área é a redução do feminicídio, porque eliminar a curto prazo esse mal maior que é a

violência doméstica, como é um fator multi, que é uma questão multifatorial, como eu disse, que demanda desde a intervenção na área da educação, da saúde pública, da segurança pública, mas se reduzirmos os casos de feminicídios já vamos ter atingido um objetivo muito importante. A rede de enfrentamento. Isso que eu queria destacar. Para finalizar, não atuamos sozinhos, todos esses membros fazem parte da rede, Defensorias, Delegacias, como disse, Fecompar, Juizados, Polícia Civil, Ouvidorias, Procuradorias da Mulher - as senhoras aqui atuam bastante nessa área, inclusive tem diversos Projetos aqui de todos vocês -, casas de abrigo, Casa da Mulher Brasileira. Importante, para quem não conhece, ir visitar a Casa, saber como está sendo feito o atendimento. Estamos sempre lá, já fiz três visitas, faço parte de um grupo de trabalho lá. Estamos tentando dar nossa contribuição. A Casa é municipal hoje, mas lá está presente o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Polícia Civil, a Polícia Militar e vários entes que atuam dentro da Casa, na Avenida Paraná. Então, é importante que os senhores conheçam lá o trabalho também e possam acompanhar, inclusive solicitar contas do que está sendo feito. O Formulário Nacional de Avaliação de Risco eu já falei que é o primeiro formulário que a mulher responde. Aqui sempre apresentamos isto aqui. Por que tem que ser feito um bom atendimento para as mulheres em todos os setores, inclusive no Judiciário? É para evitar a revitimização, que ela seja novamente vítima, que ela sofra uma violência institucional. Então, temos que evitar inclusive a maneira como nos dirigimos a essas mulheres, a maneira como as palavras são ditas no momento do acolhimento e do atendimento. Então, sempre pontuamos o que pode ser dito, o que não deve ser nunca dito. Não vou fazer a leitura, porque... O aplicativo do pânico, já mencionei que é importante. E aqui, finalizando a minha fala, todos esses são os Projetos que buscamos - peço que os senhores confirmem depois -, que sabemos que estão aqui em andamento nesta Casa, todos os Projetos referentes à situação da mulher, principalmente em violência doméstica. Então, estão todos esses Projetos. E encerro aqui a minha fala solicitando aos senhores que, quando forem fazer o debate desses Projetos, tenham esse olhar, essa empatia com essas mulheres, inúmeras mulheres, mulheres negras, principalmente, mulheres periféricas, que estão aí aguardando

uma resposta do sistema, tanto do sistema de Justiça como do sistema político. Porque nós às vezes conseguimos resolver dentro do processo, mas depois a mulher tem que ser inserida no mercado de trabalho, tem que ter uma casa de abrigo enquanto ela aguarda a resposta do processo de violência doméstica, e isso são políticas que fogem ao alcance do Judiciário, seriam do Executivo e fomentadas pelo Legislativo. Deixo aqui os contatos da nossa Coordenadoria, finalizando a minha fala. Temos *e-mail*, *Instagram*, *Youtube*, *Facebook* e o *site*. Até vou pedir para o auxiliar ali da informática, este é o nosso *site*, indo para a aba final vocês vão ver ali: Cevid. Ali temos todas as informações do que acontece na nossa Coordenadoria, inclusive banco de dados. Se você clicar no banco de dados, bem do lado direito, porque muitos querem saber os números, não é? Desde 2019, estamos monitorando mês a mês os processos, medidas protetivas em todo o Estado do Paraná. Então, se os senhores precisarem de algum dado para algum Projeto de Lei, para alguma política pública, vão encontrar aqui. Todo material que está aqui é de domínio público, os senhores têm acesso irrestrito. Tem pesquisas que fizemos, tem artigos, vídeos, é só entrar em contato com a nossa Coordenadoria e disponibilizamos para os senhores. Queremos compartilhar este material, não é exclusivo da Coordenadoria, assim como recebemos também contribuições dos senhores. Quero deixar meus agradecimentos, pedir escusas pelo adiantado do tempo, que é um tempo muito curto para falar tanta coisa importante, mas agradecer. É um espaço, como eu disse, de grande importância para o Tribunal de Justiça. Temos que ser mais transparentes, o Tribunal precisa ser mais transparente, alcançar mais a sociedade e os senhores aqui, como representantes da sociedade paranaense, têm que receber aqui informações de como a nossa Coordenadoria vem trabalhando, com uma equipe aí pequena mas muita esforçada, muito comprometida, com a minha supervisora Bruna Rosa, que está aqui presente, as duas estagiárias também que estão apresentando, a Letícia e a Geórgia. É uma equipe muito entusiasmada e tem me auxiliado muito, porque sozinha não conseguimos realizar tanto trabalho, mesmo porque eu não me afasto da minha atividade jurisdicional, continuo atuando na função jurisdicional junto à 7.^a Câmara

e cumulo a Coordenadoria. Vou deixar aqui com o Presidente Ademar Traiano, Deputado, o relatório das nossas ações no biênio, este resumo das ações e alguns *folders*, fazer uma entrega simbólica do material da Cevid, mas, como eu disse, que pode ser obtido junto ao nosso *site*. Muito obrigada mais uma vez. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou suspender a sessão por um instante, para que possamos fazer os registros fotográficos com a Desembargadora.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Por solicitação desta Presidência e dos Deputados Professor Lemos e Luciana Rafagnin, registro a presença na Casa do Prefeito de Bela Vista da Caroba, Gelson Maffi; do Vice-Prefeito, Mateus Marins; e do Secretário de Agricultura, Sr. Alcides Severo. Sejam bem-vindos. Primeira oradora no Pequeno Expediente, Deputada Márcia Huçulak.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Presidente Ademar Traiano, estimadas Deputadas e Deputados. Muito me honra estar nesta Casa de Leis. Estou aqui com uma responsabilidade muito grande e a minha pauta é a pauta acredito que de todos os Deputados e Deputadas, tem a ver com a vida. Nós, nesta Casa, temos uma grande influência na vida das pessoas, mas especialmente em uma pauta que é muito cara para mim, que é a pauta da saúde. Quero agradecer nas pessoas do Prefeito Rafael Greca de Macedo e do nosso Governador Ratinho Júnior o convite para sair candidata a Deputada Estadual na eleição de 2022, que fui vitoriosa, junto com os demais 53 Deputados que se encontram nesta Casa representando a população do Paraná. Quero agradecer a gentil acolhida do Presidente, desde o primeiro momento em que me apresentei aqui, o nosso Presidente Deputado Ademar Traiano, o nosso 1.º Secretário Alexandre Curi, que me orientam e me ajudam muito. O Hussein Bakri, Líder do Governo, que tem me ajudado muito a entender a lógica desta Casa. Mas, vou

falar um pouco de saúde. Estive na sexta-feira na abertura da Conferência Municipal de Saúde de Umuarama e quero cumprimentar aqui o Prefeito Hermes Pimentel e o Secretário Municipal de Saúde Herison pela organização da conferência. Estamos em um momento, Sr.^{as} Deputadas e Deputados, do País de discutir os rumos do Sistema Único de Saúde. Essa é uma política muito cara para nós! Cara no sentido de ser uma decisão que vai impactar a vida das pessoas. O nosso SUS, tão combalido, com tantas dificuldades, foi que resistiu bravamente nesse período mais difícil que a humanidade passou nos últimos 100 anos. Foi esse SUS que enfrentou, com todas as mazelas e dificuldades, o subfinanciamento, atender milhões de brasileiros e vacinar milhões de pessoas, e continua, no dia a dia, fazendo um trabalho para os cidadãos deste País. Mas, esse mesmo SUS..., e as Conferências Municipais vêm nesse sentido, a Conferência Estadual e a Conferência Nacional de Saúde, que vamos realizar este ano, precisam focar em uma coisa que pouco falamos. E aí, Deputado Goura, precisamos rever a Emenda Constitucional n.º 95, que foi promulgada em 2016, que retirou, só nos últimos anos, mais de 37 bilhões, Deputado Renato Freitas, da saúde do nosso SUS. Esse subfinanciamento afeta o dia a dia das pessoas. Hoje, as pessoas demandam diariamente serviços e ações de serviços de saúde e cobram de seus Prefeitos, Deputada Mara Lima, todos os dias medicamentos, consultas, exames. Já discutimos aqui propostas, inúmeras propostas que impactam a saúde, mas não há como melhorar um sistema de saúde com subfinanciamento. E é esse subfinanciamento que precisamos discutir com a população. Qual é o sistema de saúde que queremos para o nosso País? O sistema de saúde impacta no desenvolvimento econômico, sim, Deputado Hussein Bakri, porque a pandemia mostrou para nós os impactos econômicos, e sem saúde ninguém vai a lugar nenhum, sem condições de vida e melhoria. Esse subfinanciamento que impacta a vida das pessoas, Deputado Lemos, coloca que gastamos, em 2019, 9,6% do nosso PIB em saúde, a população brasileira - apenas 3,8% com gasto público e 5,8% foi gasto do bolso das pessoas, e isso impacta a vida dos mais pobres, dos mais vulneráveis, daqueles que não têm a

opção de postergar esse gasto. Gasto com medicamento, com consultas particulares, com exames... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada, um minuto para concluir.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Só para concluir. Preciso falar mais, mas vou voltar a esta tribuna. Não dá para pôr mais recurso em um modelo de atenção que temos. Precisamos falar de financiamento, Deputada Luciana, Deputada Cloara, mas precisamos mudar o modelo de atenção. Obrigada. E quero, oportunamente, voltar a debater este assunto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, Deputada Cloara Pinheiro. Registro a presença na Casa do Secretário da Cultura de Maringá, Sr. Victor Simeão, por solicitação do Deputado Evandro Araújo. E também registro a presença do nosso artista David, lá de Londrina, que faz uma bela exposição com quadros referentes ao *Dia Internacional da Mulher*. Seja bem-vindo aqui, com a sua esposa e a sua equipe.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Senhor Presidente, é justamente sobre esse assunto que quero falar aqui. Senhores Deputados e Deputadas, é uma honra, nesta *Semana Internacional da Mulher*, poder trazer um artista plástico. Ele nasceu em Taiwan e tem obras no mundo inteiro. Não sei se já passaram por ali e viram os quadros lindos! Ele está nos presenteando com 26 telas em homenagem às mulheres. Quando falei com a Mara, falei com as meninas, com todas as Deputadas, na hora elas aceitaram. Mara, muito obrigada por fazer parte desta história. Maria Victoria, muito obrigada. Hoje cedo, você foi conhecer as obras. Nosso Presidente também. Muito obrigada mesmo. E convido todos e todas para participarem. O nosso artista está aqui. Por favor, David Wang. Ele já participou de mais de 300 exposições no mundo inteiro - Nova Iorque, China, México - e está aqui com o maior carinho. Tenho a honra de falar que ele é nosso londrinense, já está conosco há quase 40 anos. Começou com 9 anos. Então, estou aqui só para falar para vocês. Hussein Bakri, muito obrigada pela sua participação hoje cedo. E

o nosso artista está aqui para homenagear todas as mulheres do Paraná, todas as nossas amigas. Mara, mais uma vez, muito obrigada. Nelson Justus, muitos obrigada também. Sou a Vice-Presidente da Comissão de Cultura e quando falei do David Wang, você falou: *Com certeza, minha amiga. Traga.* Obrigada, gente. É isso que gostaria de falar. Até o dia 15, as obras de David Wang vão ficar aqui, as 26 obras. Várias já passaram pelo mundo todo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos ao Horário das Lideranças. Pelo União Brasil, Deputado Delegado Tito Barrichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Deputado Estadual Presidente da Assembleia Legislativa, Dr. Ademar Traiano. Cumprimento o Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, meu amigo pessoal; cumprimento o Líder da Oposição, Requião Filho; cumprimento os demais colegas, nobilíssimos representantes do Legislativo pátrio. Consigno a presença da minha linda e bela esposa aqui presente hoje, Delegada Tatiana, que foi delegada de Mallet, foi delegada de União da Vitória, terra do Hussein Bakri, foi delegada em São José dos Pinhais, na Delegacia da Mulher, e esteve em frente à Delegacia de Homicídios nos últimos quatro anos. Tendo, prestem atenção, Deputados, o melhor índice de resolução de homicídios do Brasil na 1.^a Delegacia de Homicídios. Senhores Deputados, utilizo a palavra hoje para conversar com vocês a respeito da CPI das Organizações Criminosas, a Comissão Parlamentar de Inquérito que tem como escopo investigar a inserção desses grupos criminosos - PCC, PGC, Comando Vermelho e outros grupos - em nossa sociedade, em Curitiba e Região Metropolitana. Temos, Sr. Presidente, 20 votos, mais do que o 1/3 necessário para apurar a atuação desses grupos criminosos. E o que me chama a atenção, Sr. Líder do Governo, é a sua assinatura na CPI, na Comissão Parlamentar de Inquérito, mostrando que o nosso Governo do Estado apoia uma CPI que investiga as organizações criminosas. Senhor Líder do Governo, faço parte de diversos grupos de Delegados Deputados de todos os estados da federação. Quando coloquei no grupo que eu iria fazer uma CPI das Organizações Criminosas e disse que o Líder do Governo me apoiaria, eles me disseram que em

nenhum estado haveria o apoio do governo, porque o governo teria medo. O governo teria medo de que houvesse investigações que caíssem no Executivo ou no Legislativo. Aqui isso não existe, porque o nosso Governador do Estado não tem medo, não tem temor; tem uma conduta ilibada, límpida, clara, cristalina e transparente, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa. A atuação do Governador é exemplar e digo isso porque fui delegado da Delegacia de Homicídios, minha esposa está aqui e também é delegada da Delegacia de Homicídios e nunca, em tempo algum tivemos qualquer insinuação ou imposição de cima para baixo, Sr. Líder do Governo. A escolha dos delegados da Delegacia de Homicídios e de Proteção à Pessoa ocorre de forma técnica pelo Delegado-Geral de Polícia, Dr. Silvio Rockembach e Dr. Riad. Na época, Sr. Líder do Governo, eu estava em Almirante Tamandaré, quando fui convidado para fazer parte da Delegacia de Homicídios e de Proteção à Pessoa. Lá, Sr. Líder, investigamos pessoas de alto poder aquisitivo, milionários, inclusive em interceptações diziam que resolveriam, Sr. Líder, as questões de cima para baixo, que não era para se preocupar, diziam que o grupo criminoso eles iriam resolver de cima para baixo. Sabe quantas vezes eu fui procurado por alguém do Governo? Nunca, em tempo algum! O que significa isso? Que temos um Governador que é um exemplo para o nosso País. Então, o nosso trabalho começa em virtude da experiência que tive na Delegacia de Homicídios e de Proteção à Pessoa. De uma forma muito simplista, Líder do Governo e Sr. Presidente da Assembleia, Curitiba é dividida em quatro partes em termos de investigação de homicídios: zona norte, sul, leste e oeste – 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Delegacia de Homicídios. A minha delegacia compreende o Bairro Água Verde até o Alto Boqueirão, mais ou menos com 500 mil habitantes. Nesses locais, posso dizer para V.Ex.^{as} que trabalhei e que a maior parte dos homicídios, das mortes, Sr. Presidente da Assembleia e Sr. Líder do Governo, a maior parte das mortes, 70% a 80% são praticadas por organizações criminosas! Organizações criminosas são as responsáveis pela maior parte dos homicídios que ocorrem em Curitiba e Região Metropolitana, e precisamos enfrentar esse problema. São organizações vinculadas ao tráfico de drogas. Por isso eu digo, Sr. Renato Freitas, que a droga é a mãe dos nossos problemas, por isso sou contra a

descriminalização das drogas, por isso sou contra que em audiências de custódia traficantes sejam liberados, por isso tenho uma forma de pensar de que o direito penal deve punir de forma exemplar. Quero agradecer aos 20 Deputados que já assinaram, aqueles que ainda não o fizeram ainda podem assinar a CPI das Organizações Criminosas, porque teremos poder de polícia. Através de uma CPI, que é uma espécie de um inquérito policial, em que subsidiariamente se utiliza o Código de Processo Penal, poderemos inquirir pessoas, testemunhas, interrogatórios, conduções coercitivas, buscas e apreensões, quebra de sigilo bancário, telemático, telefônico. Poderemos pedir, Sr. Líder do Governo, a prisão temporária de investigados através da Lei n.º 7960; poderemos pedir a prisão preventiva, se for necessário, para a garantia da ordem pública, a garantia da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou a garantia da aplicação da lei penal, nos termos do Código de Processo Penal. Agradeço ao Líder do Governo, agradeço ao Governador Ratinho pela lisura, pela abertura e pelo exemplo que está dando de permitir e apoiar uma CPI, quando muitos estados da federação, já sabemos, estão tomados pelo tráfico de drogas. Temos em muitos locais, em estados da federação Deputados eleitos pelo tráfico de drogas. Estive no Rio de Janeiro há pouco tempo, subi a Favela da Rocinha, subi a Favela do Vidigal, subi o Morro do Alemão e vou dizer uma coisa para vocês, não tem mais volta, não tem mais o que fazer! Mas, isso vamos discutir na CPI das Organizações Criminosas e vamos juntos buscar soluções para o enfrentamento dessa bandidagem, dessa criminalidade organizada que aqui no Paraná, Sr. Líder do Governo, não tem vez. A bandidagem aqui não tem vez, porque aqui tem polícia e tem polícia honesta. Tem DHPP – Delegacia de Homicídios e de Proteção à Pessoa, que trabalha de forma forte e correta, através da nossa delegada divisional, Dona Camila Cecconello. Temos um Delegado de Polícia Geral, Delegado-Geral honesto e trabalhador e vamos enfrentar juntos este problema que tenta tomar conta de Curitiba. Vamos buscar formar um cinturão de segurança no entorno de Curitiba, com estudos produzidos por esta Assembleia Legislativa em nossa CPI, Deputado Guerrinha, com o seu apoio e com a sua ajuda. Então, vamos enfrentar, sim, até porque, senhores, muitas vezes se afirma

que esses grupos não podem nem ser nominados, que não podemos utilizar o nome desses grupos. Aqui damos o nome para esses grupos: é PCC, é PGC, é Comando Vermelho. Isso me lembra muito, Sr. Renato Freitas, um filme que assisti de Harry Potter em que havia, até anotei aqui, o Lorde Voldemort, que não podíamos dizer o nome dele. Aqui no Paraná dizemos, não temos medo, medo não faz parte do nosso vocabulário. Então, peço o apoio dos Deputados na CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito que vai enfrentar a criminalidade, porque aqui em Curitiba, como falei, tem DHPP, que trabalha, Sr. Líder do Governo, tem Cope, tem Tigre, tem Grupo Fera, tem o nosso Departamento de Inteligência da Polícia Civil do Governo do Estado do Paraná. Temos aqui grupos da Polícia Militar extremamente alinhados, Rone, Rotam e Bope. Aqui bandido não tem vez, Sr. Líder do Governo! Agradeço vocês e peço apoio àqueles que ainda não assinaram a nossa CPI das Organizações Criminosas, porque lugar de bandido, pessoal, vocês sabem, é na cadeia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Pela Liderança do PL, com a palavra o Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Tem a palavra o Deputado Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentar a Mesa pelas homenagens que fez a um grande companheiro nosso que se foi - aqueles Deputados mais antigos que conviveram com o Duílio Genari podem, sem dúvida nenhuma, ratificar aquilo que estou dizendo agora. O Duílio, quando aqui cheguei, já faz 32 anos, ele já estava aqui e nunca ouvi alguém dizer uma palavra contra o Deputado Duílio Genari, e da mesma forma o Duílio também não falou mal de ninguém durante toda sua passagem. O mais importante, Deputados, Presidente Turini, era o carinho que os funcionários da Casa tinham para com o Deputado Duílio. Na sexta-feira conversei com a sua esposa e ela já sabia das homenagens que a Mesa fez ao decretar luto de três

dias, bandeira a meio-pau e aquela coisa toda. E ela dizia para mim: *Olha, Nelson, nunca vi tanta gente humilde vindo aqui se despedir do Duílio*. Ele estava sofrendo já há algum tempo e em boa hora - se é que se pode assim dizer - Deus o levou, e está sem dúvida nenhuma em um lugar muito melhor. Então, rendo aqui, faço aqui, em nome da Casa, todas as homenagens a um grande Deputado que deixou saudades por onde passou. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Bem lembrado, Deputado Nelson Justus. Também tive a honra de conviver aqui um mandato com o Deputado Duílio Genari, uma pessoa extraordinária e que tem o respeito de com certeza todo o povo do Paraná. Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas, Deputadas, Deputados e os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Saiu um estudo aqui da Agência de Inteligência de Dados MAP, Mapeamento, Análise e Perspectiva, parceiros de Inteligência em dados para analisar a imagem e reputação das marcas, que apontou que os perfis de espectro político de direita fecharam o mês de fevereiro com 30,7% de alta no engajamento das redes sociais. Ao todo, cerca de 87% das contas de direita se apresentam como bolsonaristas. A pesquisa foi publicada neste domingo pela *Folha de São Paulo*. Os perfis alavancavam a presença de Jair Bolsonaro do PL nas redes. Em queda desde outubro, os perfis de esquerda vêm registrando perdas mês a mês e tiveram 13% de participação total. Treze por cento. É o número, não é? Por que estou falando isso? Estamos vendo um trabalho forte do Governo de esquerda de querer aqui implantar a censura, principalmente nas mídias digitais. Será esse o motivo? A única verdade que temos hoje vem das mídias digitais, porque a grande mídia já está corrompida. A *Rede Globo* já se acertou com o Governo Lula e divulga as maiores barbaridades, são coisas que doem no ouvido de qualquer um. Qualquer pessoa em sã consciência tem que repudiar, principalmente esse jornalismo da *Rede Globo*. Chegou ao ponto de a Miriam Leitão dizer que o aumento de combustível é importante, é muito importante para quem ganha pouco, para o mais pobre. Olha, mas que vergonha! Mas, a que ponto chegamos,

gente! O aumento do combustível vai prejudicar toda a economia do Brasil e vai afetar principalmente o mais pobre, porque o rico não se incomoda em pagar caro o combustível. Aumentando o combustível, aumenta a logística de transporte, aumentam todos os produtos aqui no nosso País, e quem ganha menos vai sofrer muito mais. Se não estava comendo picanha, não vai comer nem ovo agora, porque o governo dos pobres não se preocupa com quem ganha pouco, preocupa-se em apoiar banqueiro e grandes empresários. Teve até aqui um resumo feito pelo Paulo Guedes, óbvio que todo mundo conhece, ele falou uma coisa muito importante e vocês podem anotar isso. Olha só mais uma barbaridade do Ministro Haddad. *Haddad anunciou o novo imposto de exportação sobre o petróleo*. Essas serão as consequências. Anotem aí quem nos acompanha, anotem aí vocês de esquerda que estamos falando antecipadamente: Esse aumento do imposto sobre exportações, olhem o que vai acontecer, queda nas exportações de petróleo, menos dólares entrando no Brasil e o dólar mais escasso ficará mais caro ainda. Quem paga a conta? Você, já que o dólar afeta todos os preços. Este é o *desgoverno do PT*, que vem se acelerando para destruir o País. E aí saiu uma matéria na *Veja* e disse exatamente o que o então Presidente Bolsonaro havia dito. Ele havia dito que esse vírus foi feito em laboratório, e foi criticado; ele havia dito da pouca eficiência das máscaras, e foi criticado, chamado de genocida. Saiu estudo e o estudo diz que as máscaras pouco ou nada ajudaram no combate ao Covid. Leia a matéria na *Revista Veja* e veja as fontes que ali estavam, veja as narrativas que foram colocadas durante a pandemia. Outra matéria que saiu e tem que ser falada também, que o *lockdown* não ajudou em praticamente nada, só prejudicou o estudo e o mercado financeiro, o mercado de trabalho, como o Presidente Bolsonaro havia dito. Então, aos Prefeitos que fizeram o *lockdown*, parabéns pela incompetência dos senhores. Peçam perdão à população. Da mesma forma, agora o grande Ministro Flávio Dino, o *Ministro da Injustiça* disse que sim, que *Cloroquina*, *Ivermectina*, *Azitromicina* pode ser dado, sim. Qual é o problema? Ele falou. O problema, Ministro, é que na época do Governo Bolsonaro, quando ele falou isso, era um genocida. E infelizmente todas as Prefeituras que se recusaram a dar esse protocolo, vidas e vidas se perderam.

E agora está provada a eficácia do tratamento com *Cloroquina*, *Ivermectina*, *Azitromicina*. Está provada e diz que poderia ter evitado 50% das mortes. Então, vamos ver quem foram os genocidas realmente. Voltando aqui ao caso da censura de imprensa, tenho uma crítica construtiva a fazer aqui ao jornal *Folha de Londrina*. Estava lá esses dias, dei uma entrevista e me perguntaram sobre o pedágio. Também sobre o pedágio! Sobre a situação no Brasil, a situação do Paraná. Respondi tudo, óbvio! Porém, o que saiu na matéria apenas? Saiu apenas que o Deputado Ricardo Arruda está lutando para que seja aprovado ou que vá à pauta para ser votado o Projeto que proíbe essa maldita ideologia de gênero nas escolas, Projeto que hoje já cobre meu amigo Hussein Bakri para agilizar na Comissão de Educação, para que demos andamento logo, porque os pais estão clamando para isso. Agora, a minha pauta maior lá foi quando falei sobre o pedágio, perguntaram-me. E ele me disse que o Deputado Arilson esteve lá alguns dias antes. Vi a matéria do Arilson. E falei que dizer e cobrar pedágio no preço mínimo é discurso populista de quem quer votos e aplausos. Queremos um pedágio com um preço justo, exatamente como foi proposto pelo Governo Bolsonaro, que iria investir aqui 48 bilhões nas rodovias paranaenses e o contrato ou, melhor, a licitação seria feita via Bolsa de Valores, o ganhador teria que fazer um aporte inicial e um seguro garantindo todas as obras. Esse é o projeto que deu certo em São Paulo, está dando no Rio de Janeiro, em Minas e é o que temos que ter aqui no Paraná. Mas, a *Folha de Londrina*, disseram-me, não sei se é esse que me entrevistou, acho que se chama Lucas o seu nome, ou se é o perfil desse jornal, que também tem uma tendência de viés ideológico de esquerda, então não colocou tudo o que falei sobre o *desgoverno do Lula*, sobre o crescimento do PIB no Governo Bolsonaro. Eles disseram lá que só colocam o que é de interesse público. Aí pergunto ao jornalista: Interesse de qual público? Do público da maioria, que é o público conservador? Ou da minoria, que é o público de esquerda? Peço que o senhor responda para nós. Vou colocar esse vídeo aqui e peço para a população de Londrina também compartilhar e dar a sua opinião. Não sei qual é o perfil, mas me arrependo de ter ido! Perdi o meu tempo, quase uma hora para dar uma entrevista de mais de meia hora, 40 minutos e colocaram lá 10

linhas da minha entrevista. Realmente, uma vergonha! A imprensa tem que ser livre, isenta de viés ideológico. A imprensa tem que ser apartidária e colocar na íntegra o que o entrevistado está falando, por conta e risco de quem fala. Quando você dá uma entrevista, não é para o cara te avaliar e colocar o que ele pensa, não, senão ele pode falar sem te entrevistar. Essa é a minha opinião. E gostaria de saber a opinião também das pessoas envolvidas nesse jornal, nessa *Folha de Londrina*, e em outras mídias também. Qual é a opinião dos senhores? Tenho dado muitas entrevistas em várias rádios do Paraná e a grande maioria tem sido realmente imparcial, deixa o microfone aberto para falarmos. Isso realmente é o que queremos, liberdade, democracia. Mas, não queremos da *boca para fora*, como a esquerda fala em democracia, estado democrático de direito e bate palmas para a ditadura de Nicarágua, Venezuela, Cuba. Essa é a nossa diferença! Nós queremos um Brasil livre em todos os sentidos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir. Já vou concluir. Bem, fica aqui o recado, uma crítica construtiva a essa imprensa. Na verdade, aqui no Paraná, nunca tive problema nenhum com a imprensa. Nenhum! Nem com televisão, nem com rádio. Foi a primeira vez que vi a minha entrevista ser cortada quase inteira, porque diz a pessoa que me entrevistou que o jornal tem alguns parâmetros e coloca o que é de interesse público. E falei sobre economia, falei sobre segurança pública, falei sobre pedágio e falei sobre Projetos de Lei. Se isso, jornalista, não é de interesse público, não sei quem é o seu público. Não sei! Espero que o senhor nos responda. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pela Liderança do PT, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a nossa população que acompanha esta Sessão na tarde de

segunda-feira. Quero aqui agradecer ao Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo, que já agendou uma reunião na Casa Civil com a representação dos servidores para a próxima quarta-feira, para debatermos as demandas dos servidores de todas as categorias do serviço público, dos aposentados, dos pensionistas do nosso Estado. Então, junto com o Deputado Hussein Bakri, vamos acompanhar esse debate com os servidores na próxima quarta-feira, na Casa Civil. Quero também aqui prestar contas da Audiência Pública que organizamos pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania na quinta-feira passada, no município de Pinhão, na Câmara de Vereadores, com a participação de muitas lideranças, lideranças mulheres, puxada pelo movimento *Mulheres de Pinhão*, pelo fim da violência contra a mulher. Compareceram lideranças de Guarapuava, de várias cidades da região, como por exemplo Foz do Jordão, e também dos demais municípios ali da região do Pinhão. Lotou a Câmara de Vereadores, foi um debate muito importante, com falas muito boas, lideranças que estão ocupando funções importantes, tanto no âmbito dos municípios ali representados quanto do Estado, tivemos a participação de policiais civis ajudando no debate. Também foi muito importante a participação da comunidade, inclusive de mulheres que foram vítimas de violência doméstica. E aí nos apresentaram várias solicitações que não vou descrever todas, mas descrever pelo menos algumas das demandas apresentadas pelas mulheres na Audiência Pública do Pinhão na quinta-feira passada. Por exemplo, a *Patrulha Maria da Penha*, que algumas cidades já dispõem e outras não, e as mulheres dizem que essa *Patrulha Maria da Penha*, a presença dela faz a diferença, com policiais preparados para prevenir e para combater a violência contra a mulher. Inclusive, no Estado do Paraná, sou autor dessa lei que institui a *Patrulha Maria da Penha* no Paraná. Então, é muito importante que demos importância para essa demanda trazida pelas mulheres. Outra demanda é a Delegacia da Mulher. Temos pouquíssimas Delegacias da Mulher no Paraná e a demanda é muito grande, e onde temos Delegacia da Mulher ela não tem a estrutura...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Na sequência, Deputada Luciana. Não tem a estrutura necessária, não tem pessoal. Muitas vezes, fica a delegada com dificuldades para atender a comunidade por falta de pessoal, falta de estrutura, falta de lugar adequado, falta de prédio próprio para a Delegacia da Mulher. Tem lugar que não tem um prédio próprio, uma estrutura própria para fazer o atendimento adequado para a mulher vítima de violência. Espaço de acolhimento também, a maioria dos municípios não tem, e isso faz a diferença, - acolher a mulher, acolher as crianças, adolescentes vítimas da violência desse criminoso que é violento. Também elas apresentaram uma demanda, que é a preparação, a formação dos agentes de segurança pública, sejam militares, sejam civis, o preparo para lidar com a mulher vítima de violência. Casos relatados lá são bem preocupantes. Então, precisamos que o Estado faça essa política. Também o atendimento, por exemplo, às mulheres surdas. Tem o Disque 100, tem o 180, mas a mulher surda, uma delas estava lá e deu um depoimento, ela falou: *Não serve para nós*. Ela disse que foi salva porque alguém descobriu e a ajudou na denúncia. Valeu-se de uma pessoa que é intérprete, de uma professora para socorrer a estudante, senão teria sido fatalmente assassinada, vítima de feminicídio. Como é que ela vai pegar o telefone e ligar? Então, é preciso corrigir essas falhas que temos. Mas aí tem outras demandas importantes apresentadas pelas mulheres, que não temos tempo de discorrer aqui. Quero convidar a Deputada Luciana, que pediu um aparte, para apartear a nossa fala.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Obrigada, Deputado Professor Lemos. Quero parabenizá-lo e também toda a Comissão de Direitos Humanos pela Audiência Pública no município de Pinhão. Tive o convite e não pude estar presente, mas estava representada na vossa pessoa. Dizer que esse é um assunto que realmente precisamos fazer com que aconteçam mais debates como esse, Audiências Públicas para trazer presente a violência que sofre a mulher paranaense e também que sofre violência a mulher brasileira. Infelizmente são dados que nos assustam, aqui já bem colocados, principalmente com a vinda da pandemia cresceu ainda mais. Precisamos fazer esse debate e trazer presente a violência que acontece com a mulher do campo. É uma violência que acontece,

falamos em uma violência silenciosa, uma violência que fica escondida, porque está lá no campo e muitas mulheres não sabem nem a forma de fazer a denúncia. Então, essas Audiências Públicas, esses debates levam a informação a até muitas mulheres que sofrem de violência. Quero parabenizá-lo. Reforçar aqui, Deputado Professor Lemos, sei que V.Ex.^a também tem vários Projetos, os quais subscrevemos juntos, assim como temos aquele que solicita uma sala de atendimento especial à mulher vítima de violência. Gostaria de pedir ao Presidente desta Casa, Deputado Traiano, que neste mês, que é o mês de março, mês da mulher, que possamos colocar durante todo este mês esses Projetos, esses Projetos que temos na Casa. Esse Projeto que apresentei da sala de atendimento à mulher vítima de violência nas delegacias é um Projeto que está aqui desde 2019. Então, precisamos fazer com que esses Projetos que fazem esse enfrentamento à violência sejam colocados na pauta, para que possamos diminuir a violência que ocorre contra a mulher no nosso Estado do Paraná. Muito obrigada. Parabéns pela Audiência no município de Pinhão.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Eu que agradeço a participação do mandato da Deputada Luciana na Audiência, assim como outros Deputados e Deputadas que também se fizeram representar naquela Audiência. Agradeço o aparte importantíssimo de V.Ex.^a aqui à nossa fala, que enriqueceu aqui o nosso pronunciamento. Quero agradecer-lá, Deputada Luciana. Reforçar o pedido da Deputada Luciana para que os Projetos que combatem a violência contra a mulher, que previnem a violência, que combatem e que punem agressores, que esses Projetos possam ser pautados, Presidente, possam ser pautados e votados aqui o quanto antes. Por exemplo, tem Projeto nosso, Deputada Luciana, que trata de um fundo de combate à violência contra a mulher. É preciso ter recurso porque muitas vezes a delegada ou a assistente social do Estado ou do município quer fazer alguma coisa, mas não tem recursos e não consegue acolher. Então, é muito importante que tenhamos um fundo de combate à violência contra a mulher, e que essas leis que também já aprovamos aqui possam ser implementadas na íntegra, como por exemplo a lei de nossa autoria que institui a Política Estadual de Combate à Violência contra a Mulher. Ela é ampla e precisa ser implementada na

sua plenitude, para que possamos evitar o que aconteceu com a Simone... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Concluir, Sr. Presidente. A Simone Pinheiro foi vítima de feminicídio no dia 23 de dezembro do ano passado, lá no Pinhão. Ela estava com medida protetiva, mas o ex-marido não era monitorado. Ele se aproximou e matou a mulher, ateou fogo com ela dentro do carro, fechou o carro e ela morreu, no dia 24. Então, não basta ter medida protetiva, é preciso ter o acompanhamento, o monitoramento, por exemplo, com tornozeleira eletrônica. E tem um projeto nosso na CCJ que precisa ser aprovado, a exemplo de outros estados que fazem esse monitoramento. Isso contribui para impedir feminicídio, por exemplo, no Paraná. Temos tantos outros Projetos bons que precisamos apreciar e votar o quanto antes. Só de nossa autoria, aprovamos sete leis de combate à violência contra a mulher, mas ainda temos 12 Projetos de nossa autoria. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O seu tempo encerrou, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Temos Projetos também dos demais Deputados e Deputadas que precisam ser apreciados o quanto antes aqui, para pormos fim à violência contra a mulher no Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente e prezados colegas, subo hoje aqui para falar de Projetos engavetados, Requerimentos não respondidos e tragédias climáticas. Tivemos em Bandeirantes uma tragédia nesse final de

semana, com mais de mil pessoas desalojadas, 250 famílias sem ter onde morar. Vamos dividir essa culpa: 50% colocamos para São Pedro, 50% colocamos para o homem. Temos no Paraná diversas situações de risco. Desde o rompimento da Barragem de Brumadinho, tem nesta Casa aqui um Projeto de minha autoria, feito em conjunto com técnicos da Itaipu, sobre segurança de barragens. Na sequência ao meu Projeto, tem um Projeto do Governo de Estado, um pouco mais leve inclusive do que o meu, um pouco menos técnico, mas tratando também desse assunto, e não vai para frente. Tivemos, infelizmente, uma chuva muito forte na região Norte do Paraná e tivemos barragens que foram transbordadas. O Ribeirão das Antas aparentemente foi inundado por uma onda, por uma tromba d'água devido, ao que tudo indica, ao rompimento de uma barragem pequena, que veio aumentando, veio nesse efeito bola de neve, até alagar a cidade. O meu Projeto de segurança de barragens não entrou em pauta na CCJ e não foi votado nesta Casa, um Projeto importante. Pergunto: Quantas tragédias mais teremos no Paraná, até que um Projeto de um Deputado de Oposição, de um tema tão importante, de um tema tão técnico, que tem inclusive um Projeto parecido - informa-me o Deputado Hussein - do Governo sejam debatidos? Quantas vidas? É caro demais. E não estou falando só de vidas perdidas, mas de vidas destruídas economicamente com um acidente, uma tragédia dessas. Temos também um problema com o Governo do Paraná, onde pedimos que fosse feito um mapeamento de riscos geográficos e geológicos no nosso Estado. Mandamos um requerimento, fizemos ofício e fomos solenemente ignorados. Não basta ter caído uma serra, duas serras, uma cidade alagada, outra cidade alagada. Quantas vítimas serão dizimadas até o Governo fazer alguma coisa? Quantas casas destruídas, quantas famílias vendo os seus sonhos ir literalmente por água abaixo para que façamos alguma coisa sobre riscos geológicos no Paraná e sobre a segurança de barragens? Sei que lá em Bandeirantes tem uma família muito rica, muito poderosa, com grandes sócios fazendo um belo investimento, que tem uma grande barragem e que não quer que ninguém veja a segurança da sua barragem, mas nós devemos aos paranaenses como Parlamento, devemos aos paranaenses como representantes e devemos cobrar do Governo que esse Projeto seja

colocado em pauta antes que uma tragédia maior aconteça. Devemos ter um mapeamento das áreas de risco, antes que percamos uma vida sequer, porque uma vida sequer, uma vida é um preço caro demais para se pagar por uma disputa política. Estamos falando aqui de um assunto extremamente técnico e de um assunto extremamente em pauta. Gostaria de ver o Governo com maturidade suficiente para colocar esses Projetos - nem que seja anexado um ao outro - em pauta. Ou vamos esperar uma tragédia maior, Sr.^{as} e Sr.^s? Aquecimento global, mudança climática, tragédias são e serão parte do nosso dia a dia, em um futuro próximo. Vamos esperar perder uma vida, ou vamos fazer um mapeamento e vamos exigir o mínimo de segurança nas barragens? Não custa caro, pode salvar vidas. Era esse o nosso pronunciamento para hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, pela Liderança do Governo.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Meu tempo está contando, só para avisar. Não gosto de perder nada!

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Posso dar um recado aqui só?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estou brincando, Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pode dar um recado aqui só?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Arruda?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): *Pela ordem*, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): É rapidinho. Encaminhei um ofício para quem quiser assinar junto, acho que até falei já para o Deputado Requião, a respeito de informações sobre o Ministério Público. Vou encaminhar ao Procurador-Geral aqui do Estado do Paraná as informações completas sobre Promotores, Procuradores de Justiça do MP. Então, os Deputados que quiserem assinar, assinem; é importante para termos essa informação, porque o MP vive impondo regras e pedindo informações nesta Casa. Esta Casa pode se recusar a dar, mas nunca se recusou. Então, acho importante que também tenhamos acesso a todas as informações dos Promotores - questão de salário, aluguel de casa, férias. Enfim, é importante para esta Casa aqui, que é o Poder Legislativo, fiscalizador. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente e demais colegas... Não sei se é impressão minha e dos demais colegas, mas parece que o som está meio abafado. Não está? Estou com dificuldades. Não sei se é a idade que estou chegando, mas estou com dificuldades. Tive muita dificuldade de escutar o Deputado Arruda. Desculpe a minha *encheção de saco*, mas é para ajudar! Semana que marca o *Dia Internacional da Mulher*. Tenho um orgulho imenso de olhar para o meu lado e ver belas mulheres sob todos os aspectos, para a direita, para a esquerda, que têm uma história no Paraná calcada na dedicação, no empenho, na luta, cada qual no seu setor. E essa luta vem com mais uma recompensa esta semana, Deputadas, a Deputada Mabel, amanhã, vai presidir a CCJ. Hoje estive com a Deputada Cloara, com a Deputada Márcia, com a Deputada Mara, enfim, Francischini, com as Deputadas que compõem a Oposição, porque esta causa não tem Situação, nem Oposição. O Governo do Estado, por uma luta de todos vocês, está enviando um substitutivo amanhã a um dos Projetos de Lei que vai colocar em prática um fundo para a Secretaria da Mulher. Portanto, é uma vitória de um trabalho de todos vocês. Esse fundo, a origem dos recursos vai ser das loterias e outras possibilidades que se encontram nesse Projeto. Então, uma vitória que vai, talvez, se já não foi lido, vai ser lido o substitutivo e vamos votar amanhã na CCJ. Quero dizer que circulou uma informação falsa no dia de hoje, que o Tribunal de Contas havia cancelado a

decisão desta Casa em relação à Copel. É falsa. Isso foi rebatido no TCU. O TCU não concordou e arquivou qualquer tipo de medida. É preciso dizer isso a bem da verdade. Não estava aqui à época, mas isso não é verdade, uma *fake news* que está circulando por aí diz que estaria sendo mudada a decisão, e não foi mudada. Senhor Presidente, quero dizer ao Deputado Requião Filho que ele tem razão, não tenho a mínima dúvida de dizer que precisamos realmente acelerar esse processo. Tem razão V.Ex.^a. Acho que é um interesse de todos nós procurar encontrar uma saída, juntar o processo do Projeto de V.Ex.^a com o Projeto do Governo e procurar avançar o máximo em relação a isso. Admito que em alguns momentos o senhor diverge de mim, divirjo do senhor, é natural no processo democrático, mas também tem que entender as coisas. Vossa Excelência tem razão, acho que precisamos nos aprofundar nesse debate em relação às barragens. É preciso, sim. De repente até foi um aviso para todos nós, e temos que levar em conta esse aviso que foi dado. Gostaria de me manifestar em relação ao FES, que estão aqui, alguns componentes que estão aqui, que na quarta-feira, dando mostras de que o nosso Governo está aberto ao diálogo, vai ser a primeira reunião de debate com a Casa Civil acerca da possível discussão de alguns assuntos em relação ao funcionalismo. Acho que quem discute não perde nada. Quando era Prefeito de União da Vitória, tinha essa tônica: Só perde quem não conversa. Você tem que conversar, discutir, escutar. E acerta o Governo quando toma uma medida dessas. Pessoal, quero falar sobre pedágio. Sei que hoje os colegas Romanelli e Arilson estão lá em Brasília, estão discutindo com a Casa Civil essa questão do pedágio. Torço muito pelo Governo Lula, porque ele é o nosso Governo. Preocupam-me algumas atitudes que estão ocorrendo agora, no início deste mandato, muito, um desforço político dentro do Governo. Essa briga pela desoneração do combustível não é boa para o Governo, não é boa para o País. Preocupam-me também algumas questões relacionadas às brigas para derrubar Ministros. Nunca vi um Governo terminar bem com brigas internas, como está acontecendo agora. Estou fazendo uma análise de fora! Então, existe muita divergência dentro do Governo, e o Governo Federal é muito grande. Mas, voltando a falar do pedágio, conversei esses dias com o Deputado

Nelson Justus, batemos um *papo* agradável, ele é um cara fantástico e fizemos uma análise do pedágio. Bom, quem são os principais atores do pedágio? Quem são? Pela ordem, Presidente Lula e Ministro dos Transportes. São ou não são os principais atores? Depois vem o Governador, o Secretário de Estado, daí vem um monte de coadjuvantes, inclusive nós, coadjuvantes que participaram em um processo e tentaram construir um modelo. Bom, uns gostaram, outros não, mas o modelo foi construído. Foi remetido a Brasília e Brasília deu sinais claríssimos. Com alguns ajustes feitos em Brasília, dizem que melhorou ainda mais, dizem que mexeram no aporte e que viriam para cá na sexta-feira com uma solução firmada, inclusive V.Ex.^{as} receberam o convite e eu também. E foi cancelado o evento. É uma decisão do Governo. E agora esperamos, nós paranaenses, que tenham uma decisão. Recebi uma informação e quero passar para vocês. O Governador tomou uma decisão agora pouco, fui informado, a data limite que o Paraná vai esperar é final de março. O Paraná vai esperar até o final de março a decisão que cabe agora única e exclusivamente ao Governo Federal. O Governo Federal é que vai decidir se é contra ou a favor e esse modelo que foi colocado. Bom, se for a favor, vem e toca com os ajustes que o Ministro fez; se for contra, o Governo Federal fica com suas rodovias e o Paraná fica com suas rodovias. O que ninguém quer. Queremos um acordo. Quem sabe os Deputados que estão em Brasília possam ajudar, quem sabe possamos fazer mais alguma coisa, porque tenho certeza de que todo mundo que está aqui quer construir, todo mundo que está aqui, Presidente, fez o possível para ajudar. E esperamos que possamos sair deste imbróglio que estamos vivendo com uma solução bem melhor.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Peço um aparte, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): À vontade.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein, V.Ex.^a sempre teve um comportamento muito sereno em relação a este assunto. Lembro muito que V.Ex.^a, no período em que esteve aqui na Casa e com o funcionamento da Frente, deu apoio à Frente Parlamentar, foi em Audiências Públicas. Então, V.Ex.^a, na

minha opinião, tem crédito para falar sobre o assunto, pela sua postura. E também, de minha parte, tem a minha confiança. Quero dizer que talvez tenhamos, sim, que fazer uma reflexão, já nos antevendo o não entendimento entre o Governo do Estado e o Governo Federal. E, aliás, a fala de V.Ex.^a agora revela algo que talvez esteja na intenção do Governador, estabelecendo um prazo revela algo que já nos bastidores das lideranças políticas, lideranças empresariais, o setor produtivo já se fala dessa possibilidade de o Paraná tocar suas próprias rodovias. Então, isso não é uma coisa que está distante. E quem sabe, não havendo esse entendimento, talvez fosse o caso de se iniciar de fato uma reflexão. E, na minha opinião, não esperar muito para fazer isso, porque pode ser que realmente não tenhamos essa convergência. Quero dizer o que me preocupa, Deputado Hussein. O Tribunal de Contas da União apontou mais de trinta problemas, ou seja, fragilidades, inconsistências no projeto, na modelagem, no projeto de pedágio. Tudo bem que todos estamos assim convergindo, tentando fazer um esforço de haver um entendimento, mas será que o Paraná não vai ter outro prejuízo com um projeto tão grande? Se fizéssemos algo menor, talvez com lotes menores, se tivéssemos uma solução que talvez caminhasse em outra direção, em um tempo mais curto, será que não teríamos a possibilidade de que o Paraná não viesse a sofrer tanto com o tema pedágio, como já sofreu nos últimos 25 anos? Só estou fazendo algumas conjecturas para dizer: Já que não temos um entendimento, talvez - e isso na palavra de pessoas que ouvi, de lideranças empresariais que não têm coragem de vir aqui falar, até porque estão aguardando -, talvez fosse o caso de pensarmos modelos e lotes menores, consórcios regionais que pudessem tocar as rodovias. É uma possibilidade de verdade que possa ser necessária de acontecer no nosso Estado. Então, agradeço V.Ex.^a e repito, V.Ex.^a é muito cuidadoso quando trata do tema.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E serei sempre. Só para finalizar, Presidente, quero ressaltar, o nosso modelo de pedágio foi discutido com todas as entidades, foi abençoado, por assim dizer, com todas as entidades representativas do Estado do Paraná. Evidentemente que uma divergência aqui ou acolá pode existir, e é passivo de ser corrigida. Então, Presidente, só para finalizar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só para finalizar. Acho que temos que ser bombeiros, todos nós, nesta causa. É preciso ter essa consciência, todos. Deputados do PT, que hoje é o partido que comanda o País, quero conclamar vocês, pedir o apoio, Deputado Requião, que é o líder, acho que todos nós temos que conclamar, o Paraná precisa de todos nós neste momento. Quero pedir o apoio de todos. Quero dizer que temos que estar juntos nesta causa, tentarmos achar uma solução em conjunto. Esta causa é nossa, é do Paraná. E vocês podem contar comigo aqui na Liderança do Governo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Acaba de chegar à Casa a **Mensagem n.º 11/2023** do Gabinete do Governador, substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 27/2023, alterando as leis que especifica e dá outras providências. O texto do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 27/2023, que adequa nas legislações de criação e instituição de entidades da administração indireta e serviços sociais. Enfim, é uma alteração de uma lei anterior e que também inclui nessa alteração a criação da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial e também a necessidade da criação e instituição do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher. Portanto, como estamos vivendo aqui a *Semana Internacional da Mulher*, gostaria de solicitar ao Presidente da CCJ que pautasse esse Projeto amanhã, para que pudéssemos estar em condições de tramitá-lo já na Sessão de quarta-feira. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cristina

Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (49 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Arilson Chiorato (PT), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno, e Marcel Micheletto (PL), conforme art. 97 Inc. II e IV do § 3.º do Regimento Interno (2 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Cobra Repórter (PSD), Doutor Antenor (PT), e Luiz Claudio Romanelli (PSD) (3 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 76/2023**, do Deputado Thiago Buhner, que estabelece mecanismos de combate à discriminação contra pessoas com transtorno de espectro autista (TEA) no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 77/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que cria a política estadual de educação em mídias digitais e combate à *fake news* no âmbito escolar; **Autuado sob o n.º 78/2023**, da Deputada Ana Júlia, que acrescenta dispositivo ao Decreto n.º 6.668/85, que dispõe sobre o funcionamento da Delegacia da Mulher; **Autuado sob o n.º 79/2023**, do Deputado Batatinha, que concede o título de utilidade pública a Ong Vida Ação, com sede no município de São Miguel do Iguaçu; **Autuado sob o n.º 80/2023**, dos Deputados Márcia Huçulak e Alexandre Curi, que institui no Estado do Paraná o Dia do Secretário de Saúde, a ser comemorado no dia 7 de abril; **Autuado sob o n.º 81/2023**, do

Deputado Thiago Buhner, que dispõe sobre a inclusão dos conteúdos de direito dos animais e proteção animal no programa curricular das escolas públicas estaduais e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 82/2023**, da Deputada Maria Victória, que institui as comunidades turísticas sustentáveis – CTS e cria o Selo Paranaense Comunidades Turísticas Sustentáveis – CTS no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 83/2023**, do Deputado Matheus Vermelho, que institui o título de *destino do mundo* ao município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 84/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, que institui a Semana Estadual de Incentivo à Reabilitação Visual; **Autuado sob o n.º 85/2023**, dos Deputados Batatinha, Cristina Silvestri, Mabel Canto, Marli Paulino, Cantora Mara Lima, Flávia Francischini, Cloara Pinheiro e Márcia Huçulak, que dispõe sobre a penalização à veiculação por qualquer meio de publicidade que estimule a violência contra a mulher e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 86/2023**, dos Deputados Ana Júlia, Professor Lemos, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Cristina Silvestri, Marcia Huçulak, Goura, Batatinha, Cantora Mara Lima e Arilson Chiorato, que dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de medidas de prevenção e combate à violência contra a mulher em ambientes de bares, restaurantes, boates, clubes noturnos, casas de espetáculos e congêneres e de capacitação de funcionários de modo a identificar e habilitá-los a combater o assédio sexual e a cultura do estupro praticado contra as mulheres, e dá outras providências.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Senhores Deputados...

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Gostaria só de comentar que tive um problema com o sistema na hora de protocolar o Projeto e não conseguimos incluir as assinaturas do Deputado Hussein Bakri e do nosso Líder Requião Filho, mas amanhã vamos fazer uma Emenda e incluir a assinatura deles como coautores. Então, quero aqui deixar registrado que o Deputado Hussein Bakri e o Requião Filho também são coautores do Projeto, e convidar os demais Deputados, todos que quiserem, para que possamos colocar lá também. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Senhores Deputados e Sr.^{as} Deputadas, na semana anterior houve um questionamento em relação à Frente Parlamentar do Pedágio, tanto por parte do Deputado Jacovós, do Deputado Arilson, na sequência Denian Couto, Deputado Hussein e outros Sr.^s Deputados. Esta Presidência já tem a decisão tomada, mas, pela ausência do Deputado Arilson, que é um dos interessados, deixo de fazer, de responder a *questão de ordem* no dia de hoje, e farei no dia de amanhã. Espero que o Deputado Arilson aqui esteja para, enfim, decidir definitivamente a questão da Frente Parlamentar do Pedágio.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 464/2021, de autoria do Deputado Do Carmo e da Deputada Cristina Silvestri, que institui a Campanha Permanente de Combate à Importunação Sexual no Transporte Rodoviário Coletivo Intermunicipal de Passageiros no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Segurança Pública, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Senhor Presidente, posso encaminhar o Projeto?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Para encaminhar, Deputado Do Carmo.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Senhor Presidente, este é um Projeto muito simples e, sabendo que estamos na Semana da Mulher... Este Projeto começou a tramitar nesta Casa em 2020. Sabemos que todas as mulheres que utilizam o transporte intermunicipal, a hora que vão adquirir sua passagem ou a hora que vão efetivamente fazer esse transporte, não sabem a pessoa que estará ao seu lado. Colocamos este Projeto para que as mulheres e também todas as pessoas saibam quando forem comprar sua passagem, para que consigam saber quem vai estar ao seu lado. Porque fazer uma viagem, duas, três, quatro, às vezes cinco, seis horas, às vezes sofrendo ali uma importunação sexual, principalmente as nossas mulheres, é muito complicado. Então, Presidente, peço o voto favorável dos Deputados para que aprovemos este Projeto, pelo bem das mulheres do Paraná, para que tenham uma viagem segura.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em votação o Projeto. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A Liderança do Governo e da Oposição votam “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em votação, Sr.^s Deputados. Deputado Jacovós, seu voto, por favor. Deputado Nelson Justus. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (45 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Cobra Repórter,*

Del. Jacovós, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto e Nelson Justus (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 464/2021. Quarenta e seis votos, com o voto do Deputado Delegado Jacovós. Está aprovado o Projeto.** Registro a presença do Vereador Elias, de Itambé, por solicitação do Deputado Do Carmo. Seja bem-vindo.

ITEM 2 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 33/2022, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que autoriza o Transporte de Animais Domésticos no Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Substitutivo Geral da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação o Projeto. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Presidente Traiano, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Tercilio.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Presidente, amanhã, às 9 horas da manhã, teremos a Audiência Pública de Prestação de Contas da Saúde. O início está marcado para as 9 horas, na Sala da CCJ. Todos os membros da Comissão de Saúde, membros titulares e suplentes já estão convocados, mas queríamos aproveitar esta oportunidade para estender o convite a todas as Deputadas e a todos os Deputados. Então, fica aqui o convite. Aqueles que puderem participar, seria uma honra, para fazermos uma discussão e entender os números que serão colocados amanhã. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s
Deputados: [**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (13 Deputados).]
Com 41 votos favoráveis, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 33/2022.**

ITEM 3 – 1.ª Discussão do Projeto de Resolução n.º 2/2023, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Ana Júlia, Cristina Silvestri, Maria Victória, Cantora Mara Lima, Luciana Rafagnin, Flávia Francischini, Márcia Huçulak, Marli Paulino e Cloara Pinheiro, que institui no Estado do Paraná o *Prêmio Rosy de Macedo Pinheiro Lima*. Parecer favorável da CCJ e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendente os votos da Deputada Flávia e do Deputado Gilson de Souza. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri,

*Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli e Marcel Micheletto (7 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 2/2023.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 212/2023, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, acerca das providências adotadas para cumprimento à Lei Federal n.º 9.263/1996, com as alterações promovidas pela Lei Federal n.º 14.443, de 2 de setembro de 2022, que trata do planejamento familiar e dispõe sobre a esterilização voluntária.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Consenso para transformar em envio de expediente. Agradeço à Deputada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, **será encaminhado como expediente.**

Requerimento dos Sr.ªs Deputados Líderes de todos os partidos, requerem alteração do horário da Sessão Plenária realizada nas quartas-feiras. **(Requerimento n.º 229/2023**, dos Deputados Professor Lemos, Anibelli Neto, Luiz Cláudio Romanelli, Hussein Bakri, Márcio Pacheco, Requião Filho, Delegado Jacovós, Mabel Canto, Do Carmo, Denian Couto e Soldado Adriano José, solicitando a alteração do horário das Sessões Plenárias Ordinárias, a fim que

passem a ser realizadas às quartas-feiras, às 9 horas.) Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 209/2023, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Dulcinéia Schmidlin, marumbinista e pioneira do montanhismo organizado no Paraná; **Requerimento n.º 210/2023**, do Deputado Moacyr Fadel, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sr. Sandro Alex Cruz de Oliveira, para que seja efetuado o término da pavimentação asfáltica da PR-090, que liga Piraí do Sul a Curitiba, ou a terceirização da mesma para as concessionárias que participarão do leilão; **Requerimento n.º 211/2023**, dos Deputados Ademar Traiano, Alexandre Curi e Maria Victória, solicitando o registro de votos de louvor e menção honrosa e diploma impresso ao Ex.^{mo} Deputado Federal Pedro Deboni Lupion Mello, pela assunção da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) do Congresso Nacional; **Requerimento n.º 213/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado requerendo a ampliação da isenção do ICMS para todos os medicamentos para Fibrose Cística; **Requerimentos n.ºs 214 e 215/2023**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Policiais Militares: Valdecir Rezner e Sancler Juliano Schleder; da Rotam, Soldados Igor Sefrin da Silva, Pollyana Cristina Pereira Lima e Fábio dos Santos Lopes; **Requerimento n.º 216/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de congratulações e aplausos ao Hospital Angelina Caron, pela inauguração do novo Pronto Atendimento para Convênios e Particulares, ocorrido em fevereiro, no município de Campina Grande do Sul; **Requerimentos n.ºs 217, 218 e 219/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento dos Sr.^s: João Carlos Gonçalves; Rubens Rodrigues Galvão; e José Vitorino Prestes, Prefeito do município de Pinhão;

Requerimento n.º 221/2023, do Deputado Gilson de Souza, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa à servidora Raquel dos Santos Cavalheiro, por seus relevantes trabalhos como assessora parlamentar;

Requerimento n.º 222/2023, do Deputado Gilson de Souza, solicitando o envio de votos de pesar à família Mariano, pelo falecimento do Pastor André Mariano, da Igreja do Evangelho Quadrangular do Tatuquara, do município de Curitiba;

Requerimento n.º 224/2023, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. José Vitorino Prestes, ocorrido no dia 5 de março;

Requerimento n.º 225/2023, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Romildo Garbozza, ocorrido no dia 4 de março de 2023, em Francisco Beltrão;

Requerimento n.º 227/2023, do Deputado Requião Filho, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado requerendo com a máxima urgência a avaliação das barragens e represas localizadas em Bandeirantes/PR, município do Norte Pioneiro, que sofreu uma grave inundação no último domingo dia 5 de março de 2023;

Requerimento n.º 228/2023, do Deputado Requião Filho, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo a adoção de medidas urgentes para restauração/reforma do trecho da Rodovia PR-092, que liga as cidades de Jaguariaíva a Wenceslau Braz;

Requerimento n.º 230/2023, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente aos Ex.^{mos} Sr.^s Defensor Público-Geral, Dr. André Ribeiro Giamberardino, e Coordenador de Projetos Especiais/Coordenador do Posto Avançado da DPPR na ALEP, Dr. Matheus Cavalcanti Munhoz, requerendo a instalação urgente de Posto/Unidade de Atendimento da Defensoria Pública do Estado do Paraná no município de Bandeirantes, a fim de auxiliar nas medidas administrativas e jurídicas de atendimento e enfrentamento das vítimas da enchente.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 223/2023**, do Deputado Evandro Araújo e da Deputada Maria Victória, solicitando a inclusão da

Deputada Maria Victória como coautora do Projeto de Lei n.º 75/2023; **Requerimento n.º 226/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o cancelamento do recebimento do Requerimento protocolado sob o n.º 219/2023, por problema de inconsistência de informações; **Requerimento n.º 231/2023**, dos Deputados Hussein Bakri, Douglas Fabrício, Maria Victória, Batatinha e Márcia Huçulak, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os impactos físicos e psicológicos da tecnologia na infância e adolescência; **Requerimento n.º 232/2023**, do Deputado Moacyr Fadel, solicitando a alteração da finalidade do Bloco Parlamentar Agropecuário; **Requerimento n.º 234/2023**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando a inclusão de homenagem póstuma à Ex-Deputada Estadual Irondi Pugliesi, a ser realizada na Sessão Plenária desta Casa de Leis, no dia 8 de março de 2023, Sessão especialmente dedicada em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 220/2023**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de março de 2023; **Requerimento n.º 233/2023**, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de março de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 7 de março de 2023, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final do Projeto de Lei n.º 192/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 464/2021; 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 33/2022 e do Projeto de Resolução n.º 2/2023; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 606/2021.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h28, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)